



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ref@cfh.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Scavone, Lucila

Estudos de gênero: uma sociologia feminista?

Revista Estudos Feministas, vol. 16, núm. 1, enero-abril, 2008, pp. 173-186

Universidade Federal de Santa Catarina

Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38114359018>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Lucila Scavone
Universidade Estadual Paulista/Araraquara

Estudos de gênero: uma sociologia feminista?

Resumo: Este artigo faz uma breve reflexão das implicações políticas e científicas dos estudos de gênero " não só com o objetivo de resgatar o seu lugar legítimo na construção de uma sociologia de gênero e/ou feminista, como de re-lembrar a sua não-neutralidade mostrando como eles emergiram de um diálogo do movimento social com as teorias. Discute-se parte desse diálogo e pontuam-se as inovações conceituais que eles propiciaram às Ciências Sociais.

Palavras-chave: estudos de gênero; sociologia feminista; Ciências Sociais e gênero; teorias de gênero; Sociologia contemporânea.

Copyright © 2008 by Revista Estudos Feministas.

¹ Este texto tem origem em palestra proferida na mesa-redonda "A contribuição do feminismo às pesquisas sociológicas contemporâneas", no XII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, realizado na UFMG, em Belo Horizonte, em junho de 2005.

A questão-título deste artigo pode ser respondida por meio de três problemas interligados. O primeiro refere-se à questão da especialização do conhecimento e/ou de seus campos de luta. O segundo diz respeito aos aspectos teórico-metodológicos das Ciências Sociais, entre os quais se destacam: ciência e ideologia; 'objetividade' do conhecimento; e neutralidade científica. O terceiro, mais específico, está relacionado à contribuição da crítica feminista e dos estudos de gênero à Sociologia.¹

A discussão desses problemas traz à tona elementos do reconhecimento e da validade científica desses estudos, sua característica de não-neutralidade e seu comprometimento político e, por fim, a forma como introduziram novas abordagens e questões científicas à Sociologia. Por outro lado, ainda persistem inúmeros preconceitos que os *estudos feministas e/ou estudos de gênero* causam às/aos cientistas sociais em geral, que, ao recusarem sua relativa autonomia histórica, teórica e política, consideram-no de menor importância diante de questões sociológicas e políticas abrangentes. Além disso, há também, dentro do campo específico de estudos de gênero, aquele/as pesquisador/as que trabalha(m) com esses temas, mas nega(m) ligação

de suas pesquisas com o feminismo, como se gênero fosse uma categoria neutra, apenas denominativa. Por fim, há aquele/as que não consegue(m) ultrapassar o patamar da denúncia e minimiza(m) o diálogo com as teorias sociais, recusando o caráter científico de suas pesquisas. Com maior engajamento crítico e político há o processo de construção de uma sociologia feminista que atenta para as relações de dominação masculina e não dispensa o diálogo das teorias com o movimento e a realidade social, pois pressupõe que teoria e ação política se retroalimentam.

Falar em uma *sociologia feminista* é considerar que estamos tratando de uma sociologia que faz uso das teorias feministas ou de uma ciência que é capaz de dialogar com essas teorias e considerar suas diversas matrizes teóricas. É, também, dizer que estamos tratando com as teorias feministas que dialogam com as Ciências Humanas e com a Filosofia, com as Ciências Exatas e Biológicas.² *Teoria feminista* que, de acordo com Flax, tem como “propósito fundamental [...] analisar como nós pensamos, ou não pensamos, ou evitamos pensar sobre gênero”. E, também que, afora as inúmeras questões e abordagens que essa teoria pôde construir sobre gênero, ela repousa na evidência de que seu “mais importante avanço isolado [...] consiste em ter problematizado a existência das relações de gênero”; gênero este que, depois dessa problematização, não pode mais ser “tratado como fato simples e natural”.³

Interessa-me neste artigo fazer uma breve reflexão sobre as implicações políticas e científicas dos estudos de gênero e feministas, evidenciando como eles emergiram de um diálogo do feminismo com as teorias sociais. Pretendo discutir, weberianamente falando, apenas a parte finita da infinita diversidade dessa realidade com o intuito de pontuar as inovações temáticas e conceituais que esses estudos propiciaram às Ciências Sociais.

O contexto e a emergência de um campo de estudos

Muitas questões colocadas pela teoria feminista⁴ devem ser compreendidas em um contexto mais amplo, no processo de transição de paradigmas, fruto das transformações sociais que ocorreram nos anos 60. Guerras e movimentos de descolonização que, no Primeiro Mundo, trouxeram à tona não só os “internamente colonizados” (as chamadas minorias, os marginais, as mulheres, os homossexuais) como os “externamente colonizados” (os habitantes do mundo colonizado), colocando em cena novas vozes coletivas e contribuindo para a desconstrução de um sujeito único e universal.⁵

² Ver Londa SCHIEBINGER, 2001; e Donna HARAWAY, 1994.

³ Jane FLAX, 1992, p. 225-227. Nesta mesma linha de argumento a autora mostra como a naturalização das relações de gênero se apoiava na confusão de que as diferenças sexuais (anatômicas) eram relações de gênero e na ausência de movimentos feministas. Com isto a autora reitera a idéia de que as teorias sociais, no caso a feminista, dependem e refletem certo conjunto de experiências sociais, e, talvez por isto, fale em *Teoria feminista*, no singular, sem, contudo, deixar de reconhecer as inúmeras possibilidades de interpretação da questão de gênero aí abrigadas, que leva muitos/as autores/as a tratá-la no plural.

⁴ Dando nome a algumas de suas expoentes de diversas tendências: Simone de Beauvoir, Monique Wittig, Gayle Rubin, Joan Scott, Daniele Kergoat, Júlia Kristeva, Jane Flax, Carole Pateman, Nancy Fraser, Judith Butler, entre outras.

⁵ Frederic JAMESON, 1992.

Nas Ciências Sociais, especialmente na Sociologia contemporânea, observa-se que autores de diferentes matizes – Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Bruno Latour – efetivaram rupturas importantes, entre elas a desconstrução da tradicional dicotomia indivíduo x sociedade. Ao romperem com essa separação e ao buscarem em suas teorias soluções para realizar uma sociologia que apreendesse a realidade social no duplo movimento sartreano – de “interiorização da exteriorização e da exteriorização da interiorização”⁶ –, eles se abriram para o estudo da diferenciação social. Esse processo é concomitante à desconstrução de outras dicotomias clássicas – particular x universal; sujeito x objeto; natureza x cultura; mente x corpo; razão x emoção – e dá lugar nas Ciências Sociais a abordagens não totalizantes e a um longo processo de transição de paradigmas.⁷

Todas essas rupturas ocorreram ao mesmo tempo que novas teorias se construíam em um contexto que lhes foi propício e contíguo com os “novos movimentos sociais”. Portanto, é sempre bom lembrar que a consolidação do campo de estudos “sobre mulheres” – como eram denominados, nesse período, os estudos de gênero – emerge paralelamente à eclosão da fase contemporânea do feminismo, especialmente na Europa pós-68 e nos Estados Unidos. É possível dizer que foi a partir daí que o campo de investigação científico sobre as mulheres se ampliou, evidenciando a forte relação do movimento social com os estudos feministas.

Contudo, não podemos nos esquecer de que obras importantes antes disso marcaram época e abriram o caminho para a construção de um campo de estudos. Na Sociologia, por exemplo, destacam-se as pesquisas pioneiras de Madeleine Guilbert, em 1946, que já iniciavam a investigação sobre o trabalho das mulheres.⁸ E na Antropologia, em 1948, os trabalhos de Margareth Mead, também, já tratavam magistralmente a questão.⁹

Mas foi na Filosofia e na Literatura, em 1949, que o livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, abriu um debate político mais radical lançando as matrizes teóricas de uma nova etapa do feminismo.¹⁰ Conforme Sylvie Chaperon, “Beauvoir contesta todo determinismo biológico ou designio divino e retoma a perspectiva hegeliana: ‘ser é tornar-se, é ter sido feito tal como nós nos mostramos’”,¹¹ que resultou em sua célebre idéia de que não se nasce mulher, mas se torna mulher. Pode-se dizer que essa constatação lançou a primeira semente para os estudos de gênero, já que ela distingue o componente social do sexo feminino de seu aspecto biológico, ainda sem conceituar ‘gênero’. De fato, reiterada incansavelmente por estudiosas da questão

⁶ Philippe CORCUFF, 1995, p. 18.

⁷ A ciência estaria vivendo um período de “transição paradigmática”, passando do paradigma moderno para um paradigma pós-moderno ou outro nome equivalente, segundo Boaventura SANTOS, 1989.

⁸ Madeleine GUILBERT, 1946.

⁹ Margareth MEAD, 1948.

¹⁰ BEAUVOIR, 1974 [1949].

¹¹ Sylvie CHAPERON, 2000, p. 152. Tradução da autora deste artigo.

¹² A filósofa feminista contemporânea Judith Butler, ao analisar criticamente esta idéia, busca romper com a distinção dicotômica sexo (biológico)/gênero (social) implícita na obra de Simone de Beauvoir: “[...] se o sexo e o gênero são radicalmente distintos, não decorre daí que ser de um dado sexo seja tornar-se de um dado gênero; em outras palavras, a categoria de ‘mulher’ não é necessariamente a construção cultural do corpo feminino, e ‘homem’ não precisa necessariamente interpretar os corpos masculinos. [...]”. Isto sugere “que os corpos sexuais podem dar ensejo a uma variedade de gêneros diferentes, e que, além disso, o gênero em si não está necessariamente restrito aos dois usuais” (BUTLER, 2003, p. 163). Com essa análise, a autora radicaliza o princípio em questão, sem fixá-lo a um corpo sexuado como o fez Beauvoir.

¹³ CHAPERON, 2000.

no mundo inteiro e revisada por feministas contemporâneas, essa idéia é até hoje discutida, questionada ou radicalizada, o que evidencia a sua dimensão precursora para os estudos de gênero.¹²

Ao criticar a função da maternidade no período do pós-guerra, em que as forças conservadoras defendiam a família, a moral e os bons costumes, as teses desse livro sobre liberdade sexual e liberação da prática da contracepção e do aborto podem ser consideradas um marco da passagem do feminismo igualitarista, no molde sufragista, para a fase do feminismo centrado na mulher-sujeito, criando os elementos necessários para a politização das questões privadas.¹³

Importante lembrar que esse feminismo teve como substrato material a sociedade urbano-industrial moderna, cuja configuração se acelerou justamente nesse período e foi marcada pela entrada das mulheres no mercado de trabalho, a qual se ampliou progressivamente no decorrer do século XX. Aos poucos, as mulheres passaram a ter uma dupla jornada de trabalho (doméstica e extradoméstica) e, com isto, a nova responsabilidade de conciliar vida profissional com vida familiar. Outro fator importante foi o advento da contracepção medicalizada e segura nos anos 1960, dando possibilidade às mulheres de escolherem o número de filho/as que desejavam e romperem com o determinismo biológico e social da maternidade.

Se tal produção teórica está contextualizada de forma mais ampla nas transformações políticas, econômicas e sociais que sacudiram a sociedade moderna em um período de transição, seu alicerce é a história das lutas feministas, as quais, ao longo de mais de dois séculos, propiciaram gradativa visibilidade às questões de gênero nos diferentes campos sociais. As idéias defendidas por essas lutas criaram condições para a emergência de uma teoria crítica feminista que, por sua vez, influenciou e incrementou estudos e pesquisas científicas sobre as relações sociais de sexo/gênero na academia ou fora dela.

Marcados pelas ressonâncias das lutas por redistribuição, justiça e direitos políticos e sociais e/ou por lutas pelo reconhecimento e/ou identitárias, os estudos de gênero e feministas mostraram-se historicamente comprometidos com a transformação das relações de dominação e poder masculinos associando-as a contextos mais abrangentes. Buscaram compreender os problemas que constituem as relações de gênero na sociedade, trazendo-os para o debate e a reflexão política e social mais amplos, associando-os, em determinadas análises, à classe e à raça, especialmente no Brasil e no restante da América Latina. Esses estudos contribuíram para mostrar o

¹⁴ Atenho-me neste artigo à discussão com os/as autores/as das Ciências Sociais. Isto não significa não reconhecer a existência de diálogos importantes com outras ciências humanas, como a História, e, também, com as ciências médicas e biológicas (no caso dos estudos de gênero e saúde), os quais merecem discussão à parte.

¹⁵ Françoise COLLIN, 1995; Rosi BRAIDOTTI, 2003; e Judith BUTLER, 2003.

¹⁶ Referindo-se a Júlia KRISTEVA, 1979, que determina três gerações do feminismo – igualitarista, especificidade e/ou diferença radical, multiplicidade de diferenças e alteridades –, Lia MACHADO ZANOTTA, 1992, p. 27, mostra, por exemplo, que na produção feminista e acadêmica brasileira “as propostas das três gerações corriam paralelas, sem que suas diferenças fossem também tão marcadas”.

¹⁷ SCOTT, 1998.

¹⁸ SCOTT, 2005; e Nancy FRASER, 2002.

alcance da disparidade social, política, econômica, cultural e científica de gênero.¹⁴

Temáticas e questões teórico-conceituais

As temáticas dos estudos feministas e de gênero estão associadas tanto às grandes fases do feminismo como aos contextos e problemas que lhes suscitaram. O feminismo tem sido delimitado por suas etapas históricas, três grandes fases são comumente referidas: a fase universalista, humanista ou das lutas igualitárias pela aquisição de direitos civis, políticos e sociais; a fase diferencialista e/ou essencialista, das lutas pela afirmação das diferenças e da identidade; e uma terceira fase, denominada de pós-moderna, derivada do desconstrucionismo, que deu apoio às teorias dos sujeitos múltiplos e/ou nômades.¹⁵

Essas fases correspondem, em grandes linhas, aos séculos XVIII e XIX, à segunda metade e ao final do século XX e ao início do século XXI; entretanto, não é possível circunscrevê-las em uma perspectiva linear. Apesar de estabelecermos a relação temporal com períodos e lutas distintos, essas fases não são fixas, elas dependem da situação social, econômica, cultural e política de cada sociedade.¹⁶

Ao traçar o fio condutor da história do feminismo pela reconstrução da luta das mulheres precursoras e de seus paradoxos, como Olympe de Gouges e Jeanne Deroin, Joan Scott¹⁷ sugere a coexistência entre os diferentes tipos de lutas. Mostrando como o feminismo nasceu impregnado pelo ideal republicano de igualdade e liberdade, a autora nos fornece elementos para pensar que, apesar de as primeiras feministas terem sofrido influências políticas diversas (liberalismo, socialismo utópico, anarquismo) e estarem mais voltadas a garantir espaço na tribuna, algumas questões relacionadas à vida privada (como constituição igualitária do casamento, questionamento do poder patriarcal na família e direito ao divórcio), que emergem com força total no feminismo contemporâneo, já preocupavam essas pioneiras.

Subjacentes a esse debate estão os caminhos do movimento e as abordagens explicativas que aí são tratadas, geralmente, de forma polarizada: igualdade ou diferença, identidades individuais ou de grupo; reconhecimento ou redistribuição.¹⁸ Essas problemáticas definem, em grande medida, a prioridade dos problemas e dos temas de destaque nos diversos países. Em termos de Brasil e América Latina, as contradições de classe e raça marcaram muito as temáticas trabalhadas e a expansão desses estudos.

Questões sociais e problemas sociológicos caminham juntos. Assim, os problemas relacionados ao trabalho, à saúde, à política, à educação, à família, à religião, à violência, às ciências, à cultura, à identidade, ao corpo, às tecnologias produtivas e reprodutivas, e à sexualidade passaram a ser tratados com o 'olhar de gênero'. E foi esse olhar que deu visibilidade às relações de dominação e poder que dividem o mundo social em gêneros e que questionaram uma ordem sexual tida como natural. Como explicar a ausência das mulheres na política? Ou então, por que a educação familiar e escolar define e reitera funções e 'papéis' sociais sexuados? E por que a recorrência da violência de gênero, da sexualidade domesticada, da identidade enclausurada?

As urgências sociais orientam, em grande medida, os objetos das pesquisas sociológicas. Os estudos de gênero e feministas brasileiros não fogem à regra. Assim, se fôssemos fazer uma história cronológica desses estudos no País (o que não é o objetivo deste texto), constataríamos que o seu início foi marcado pelas preocupações com as questões de gênero no trabalho, na saúde, na política e na família.¹⁹

De fato, a problemática do 'sexo do trabalho' foi fruto do "projeto sociológico feminista", que "começa como crítica da ausência de gênero na teoria marxista". Assim, "os trabalhos feministas mostraram que a divisão do trabalho específica à atividade assalariada estava relacionada a uma hierarquia de gênero e que sua natureza 'sexuada' não era motivada pelo acaso".²⁰

A questão da ausência dos direitos específicos no que se refere aos direitos reprodutivos das mulheres, como o direito ao aborto – que foi conquistado na maioria dos países do Norte a partir dos anos 1970 e que é ainda proibido na maioria dos países da América Latina –, e aos direitos sexuais tem sido recorrentemente pesquisada nos países desse bloco. Inúmeras questões relacionadas à saúde reprodutiva foram trabalhadas, como a esterilização feminina, as cesarianas desnecessárias, a mortalidade materna, entre outras, demonstrando o quanto foi e é necessária a utilização de uma abordagem de gênero na saúde.

A violência doméstica, sexual, familiar, a pouca presença das mulheres nos espaços públicos de poder institucional, a responsabilidade feminina pelo espaço privado, o machismo manifesto e o dissimulado, e o assédio sexual e moral no trabalho constituem-se alguns dos inúmeros problemas sociais e sociológicos que passaram a ser tratados pela Sociologia sob a ótica de gênero por meio de pesquisas empírico-teóricas (teses, dissertações, monografias, livros, artigos), tornando visíveis as implicações sociais, políticas e econômicas da dominação masculina.

¹⁹ Os três primeiros grupos de trabalho acadêmicos dos estudos de gênero e feministas que ocorreram na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais " ANPOCS tratavam de Mulher e Trabalho, Mulher e Política e Família.

²⁰ Judy WAJCMAN, 2002, p. 52.

Ao apontar esses temas e problemas, as análises decorrentes do diálogo da teoria feminista com a Sociologia (e poderíamos dizer com a Antropologia, a História, a Filosofia e a Política) vão evidenciar que as questões da saúde, da violência, do trabalho, da religião, da cultura estão todas marcadas por relações de poder e dominação entre os sexos e que a análise desses problemas, também, não pode mascarar a compreensão das outras relações sociais a ela associadas, como classe, raça/etnia.

No que se refere aos problemas teórico-conceituais, cabe destacar as teorias e os conceitos desenvolvidos pelos estudos de gênero e feministas. As questões básicas da historicidade (por que, como, quando) da 'dominação masculina' deram lugar a inúmeras teorias explicativas e conceitos, que, com base em um diálogo com o marxismo, com o estruturalismo, a psicanálise, o pós-estruturalismo, passaram a integrar o universo das teorias sociais contemporâneas. Entre esses conceitos, o mais integrado às pesquisas sociológicas na academia brasileira e internacional é o conceito de gênero, que dá nome a esses estudos e responde pela construção social das diferenças entre os sexos. As diversas teorias que deram origem a esse conceito indicam a multiplicidade das reflexões feministas como também a incidência de influências teóricas distintas e conflitantes. O aprofundamento desse conceito e sua diversificação nos possibilitam atualmente falar em teorias de gênero.

O conceito de gênero foi construído por estudiosas da língua inglesa, como, por exemplo, Gayle Rubin, antropóloga e feminista.²¹ Em um de seus primeiros textos sobre a questão que se tornaram clássicos na área, *The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex*, Rubin procurou responder teoricamente à recorrência da opressão e subordinação social das mulheres com base em um diálogo crítico com a teoria antropológica de Lévy-Strauss, com a psicanálise freudiana e com o marxismo. Em decorrência desse debate, a autora reitera a idéia de que gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente e produzida nas relações sociais da sexualidade, as quais compõem o que ela denomina de *sistemas de sexo/gênero*.

Por sua vez, a historiadora Joan W. Scott introduz o conceito de gênero na História com o seu famoso artigo "Gender a Useful Category of Historical Analysis", publicado em 1986 na *American Historical Review* e traduzido em 1990 no Brasil.²² Scott dialoga com autores pós-estruturalistas como Michel Foucault e Gilles Deleuze e critica com eles a idéia iluminista da existência de um sujeito único universal com características biológicas consideradas a-históricas, que fundamentam os discursos da dominação masculina. Ao

²¹ RUBIN, 1975.

²² SCOTT, 1990.

propor o uso da categoria Gênero para a análise histórica – e, por decorrência, para as Ciências Sociais –, pretende compreender e explicar significativamente o caráter relacional, transversal e variável dessa categoria analítica. Gênero é uma categoria de análise histórica, cultural e política, e expressa relações de poder, o que possibilita utilizá-la em termos de diferentes sistemas de gênero e na relação desses com outras categorias, como raça, classe ou etnia, e, também, levar em conta a possibilidade da mudança.²³

²³ SCOTT, 1992.

Na língua francesa o conceito de relações sociais de sexo (*rapports sociaux de sexe*) teria um significado semelhante ao da construção do sexo social, apesar de ter uma base materialista marxista mais explícita que o conceito de gênero, que está, na maioria das vezes, mais atrelado às teorias pós-estruturalistas e pós-modernas. Mas, ambos consideram a existência de relações que são transversais a todas as sociedades e, sobretudo, ambos rompem com o binarismo das categorias ‘mulher’ e ‘homem’. Entretanto, há autoras que consideram a noção de “estudos de gênero” mais neutra e anódina, do ponto de vista político, do que as noções de “estudos feministas”, “estudos gays e lésbicos”, “o que possibilita continuar os estudos sobre os aspectos simbólicos e ideológicos do masculino e do feminino sem referência à opressão do sexo feminino”.²⁴

²⁴ Nicole-Claude MATHIEU, 2000, p. 197.

Apesar disto, Christine Delphy, socióloga e uma das mais reputadas expoentes do feminismo materialista francês, utiliza o conceito de gênero. Para ela, entretanto, é o gênero que produz o sexo biológico e dá pertinência à diferença anatômica – a qual considera sem sentido – e divide a humanidade em duas categorias de gênero. E diferentemente de outras conotações do conceito, ela considera que o gênero existe como divisão social graças ao patriarcado, o qual define como um sistema total.²⁵

²⁵ Christine DELPHY, 2000, considera que patriarcado designa: de um lado, um sistema e não relações individuais ou um estado de espírito; de outro, ele se diferencia do capitalismo, um sistema não é redutível ao outro.

Outro desdobramento do conceito de gênero foi dado a partir dos anos 1990 pela “teoria queer”, que ‘ultrapassa os gêneros’ (*transgendering*), conforme a filósofa feminista Butler ao questionar a normatividade heterossexual e ressaltar o aspecto socialmente contingente e transformável dos corpos e da sexualidade (gays, lésbicas, transexuais, travestis, bissexuais).²⁶ Como Delphy, Butler se inspira inicialmente em Monique Wittig,²⁷ entretanto, atém-se mais à sua contribuição crítica sobre a matriz heterossexual, “que dá ao gênero uma heterossexualidade normativa”, do que às suas questões sobre as “desigualdades estruturais”, as quais foram, também, consideradas por Delphy por sua postura materialista.²⁸

²⁶ BUTLER, 2003.

²⁷ WITTIG, 1980.

²⁸ Stevi JACKSON, 1999, p. 17.

É interessante ressaltar os diálogos com outros pensadores contemporâneos que possibilitaram uma interlocução crítica com a teoria feminista. Assim foi, por

²⁹ FRASER, 1987, p. 40.

exemplo, a análise que a teórica feminista e filósofa Nancy Fraser²⁹ fez da ação comunicativa de Jürgen Habermas, o qual, ao colocar a família na esfera da reprodução simbólica – por oposição à esfera da reprodução material, que realiza o “trabalho social” –, oculta o trabalho social que as mulheres exercem na reprodução da vida. Por outro lado, a autora mostra como Habermas, ao distinguir “ação assegurada normativamente” de “ação obtida comunicativamente”, consegue oferecer (a quem interessar possa) um bom instrumento de análise teórica às relações de gênero na família. De fato, a autora mostra que essas categorias aplicadas em uma pesquisa sobre padrões de comunicação entre maridos e mulheres podem “nos capacitar a captar algo importante sobre a dinâmica intrafamiliar” no âmbito da dominação masculina: os homens tendem a controlar e dar as diretrizes das conversas, as mulheres tendem a fazer o “trabalho de interação” ao colocar perguntas e oferecer apoio verbal à conversação.³⁰

³⁰ FRASER, 1987, p. 46.

Dos autores contemporâneos, Michel Foucault foi um dos pensadores cuja teoria proporcionou maior possibilidade de diálogo com o feminismo, especialmente, por suas análises sobre as *questões do corpo, da sexualidade, da Medicina, das tecnologias de poder*, mostrando como produzem sujeitos/corpos disciplinados.³¹ Alguns aspectos de sua teoria foram utilizados pelas estudiosas feministas – a analítica do poder, a crítica ao sujeito único universal, a aceitação da diversidade e multiplicidade das relações sociais” e apresentam elementos com muitas afinidades com o feminismo e que contribuíram para o avanço das teorias de gênero. Não foi por acaso que Joan Scott, Gayle Rubin, Judith Butler, entre outras, mantiveram diálogo com sua teoria. As pesquisas feministas sobre saúde das mulheres, cujo objeto de estudo está voltado para o corpo, tiveram de uma maneira ou de outra inúmeras influências das teorias foucaultianas.³²

³¹ Michel FOUCAULT, 1976, 1979, 1984b e 1984a.

³² Lucila SCAVONE, 2004 e 2006.

³³ FRASER, 1987; e Josefina FERNÁNDEZ, 2000.

Apesar dessa reconhecida influência, algumas autoras³³ têm mostrado que o diálogo de Foucault com o feminismo, também, foi construído com muitas ambigüidades e tensões. Isto porque, ao mesmo tempo que ele contribuiu para desconstruir o discurso normativo sobre dominação e poder na sociedade, construiu uma outra normatividade para o desenvolvimento da “emancipação futura”, que, por estar demasiadamente ancorada na realização das identidades subjetivas, tenderia a esvaziar a possibilidade de saídas coletivas, chocando-se com a proposta do movimento feminista. Entretanto, é sempre bom lembrar que o feminismo do final do século XX explode com a noção de fixidez e sugere uma luta política móvel de resistências aos poderes instituídos e aos micropoderes.

Por outro lado, foi o sociólogo Pierre Bourdieu um dos teóricos que mais suscitaram adesões, críticas e rejeições entre as teóricas feministas com os seus estudos e reflexões sobre a dominação masculina, provavelmente, por seu lugar de intelectual dominante, mas, sobretudo, pela aplicação de sua teoria a um objeto cujo desenvolvimento teórico já estava muito mais avançado do que o construído por seu *campo* analítico.³⁴ De fato, o seu primeiro artigo sobre a dominação masculina não incluiu referências significativas à produção feminista, que só foram incluídas, posteriormente, em seu livro sobre o tema.³⁵ Cabe ressaltar, ainda, a crítica à sua pretensão em formular um caminho para o feminismo (e, diga-se de passagem, para outros movimentos sociais), desqualificando, em certo sentido, a trajetória política desse movimento.³⁶

Uma das críticas feministas mais recorrentes à sua teoria da dominação masculina refere-se ao pressuposto da 'incorporação' e da 'aceitação' que os dominados (no caso, as mulheres) teriam para com os dominantes (no caso, os homens) pelo fato de terem internalizado em seus corpos os esquemas de dominação como *Habitus*, isto é, sistemas de disposições adquiridas que internalizam as estruturas sociais. As críticas a essa análise costumam considerar que as mulheres apareceriam como responsáveis da dominação.

Em contrapartida, os conceitos da sociologia de Bourdieu foram e são utilizados, freqüentemente, em estudos e pesquisas acadêmicas e militantes de cunho feminista, particularmente, os relacionados a dominação, poder e violência simbólica, a trabalho e a condições de sua reprodução, e a própria noção de *habitus*, de campo, entre outros, para o entendimento da permanência da dominação masculina.³⁷

Na trama das sociologias específicas

Fruto de um diálogo com o pensamento social, a teoria de gênero, em suas diferentes abordagens, retoma uma das questões centrais do feminismo: a indignação diante de um mundo *também* dividido em gêneros. A incorporação dessa teoria nas Ciências Sociais é efetivada pela utilização cada vez mais recorrente de seus principais conceitos – gênero, relações sociais de sexo, patriarcado, dominação masculina – e pelas implicações de fundo que os acompanham.

No campo da Sociologia há sempre uma tendência de articulação da teoria feminista e de gênero com reflexões políticas e sociais mais amplas. Além disso, cabe lembrar que uma sociologia feminista comporta a bagagem comum

³⁴ Yvez SINTOMER, 1999.

³⁵ BOURDIEU, 1990 e 1998. Interessante lembrar que a produção teórica feminista só foi incluída nas suas reflexões após um encontro promovido pelas sociólogas feministas do CNRS, com sua presença. A resposta de Bourdieu foi publicada no Brasil por Marta Júlia LOPES, 1996.

³⁶ Dominique FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 1999; Michèle PERROT, 1999; e Mariza CORRÊA, 1999.

³⁷ Helena HIRATA e Hélène LE DOARÉ, 1998; e Françoise BATTAGLIOLA, 1999.

de teorias, métodos e hipóteses, procedimentos de pesquisa da Sociologia, além do acúmulo teórico, científico e político que o seu objeto de estudo lhe demanda: as relações sociais de gênero. É com base nesse objeto que a sociologia feminista escolhe o diálogo com as teorias sociológicas ou com as outras Ciências Humanas e a Filosofia.

Tal diálogo inspira-se em uma ciência também já dividida em gêneros. Basta verificar que os diálogos são com os expoentes dessas ciências e que eles mesmos estão em situação de dominação no campo científico, também de dominação masculina. Se os elementos das teorias que oferecem são usados pelas estudiosas feministas para levar adiante uma nova teoria, o que não pode ser ignorado é que esse diálogo ainda se constitui em via de mão única. Fato cabal é a omissão da produção dos estudos feministas e de gênero pela sociologia dominante; Appay refere-se, por exemplo, à omissão de referências à produção de Delphy em dois importantes trabalhos sobre a história da sociologia da família na França, apesar de sua contribuição nesse campo ser internacionalmente reconhecida. Da mesma forma, Bourdieu conceituou a dominação masculina, em um primeiro momento, omitindo as principais produções feministas que já tinham tratado do assunto.³⁸

Mas, para além das questões próprias ao crescimento do campo, cabe observar que sociólogas e filósofas feministas têm desenvolvido uma crítica importante sobre questões contemporâneas urgentes, tais quais os avanços das biotecnologias e seus impactos sociais, reflexões sobre uma sociedade presente/futura em que o humano e a tecnologia interpenetram-se.

Tornar transparente as implicações sociais e políticas de um progresso que esconde, em sua promessa de perfeição, uma sociedade sexista (além disso, racista e classista) seria um dos objetivos da sociologia feminista. Ao buscar a relação entre a natureza e a cultura, o particular e o universal, a razão e a emoção, enfim, entre o indivíduo e a sociedade, essa sociologia estaria contribuindo não só para a construção de novos conhecimentos científicos, mas também para uma sociedade com caminhos abertos para as práticas de liberdade. Para Foucault,³⁹ essas práticas seriam novas formas de agir em relação ao mundo, que, ao impedirem a recriação de outras relações de poder, poderiam dar lugar ao cultivo de uma ética fundada em uma estética da existência e realizar uma das premissas paradigmáticas do movimento feminista contemporâneo: a de que o privado também é político.

³⁸ Béatrice APPAY, 2005, p. 212. Ver, também, nota 35 deste texto.

³⁹ FOUCAULT, 1994.

Referências bibliográficas

- APPAY Béatrice. "Delphy, un apport incontournable à la sociologie". *Cahiers du Genre*, Paris: L'Harmattan, n. 38, p. 213-221, 2005.
- BATTAGLIOLA, Françoise. "Des femmes aux marges de l'activité, au cœur de la flexibilité". *Revue Travail, Genre et Sociétés*, Paris: L'Harmattan, n. 1, p. 157-177, 1999.
- BEAUVOIR, Simone de. *Le deuxième sexe*. Gallimard: Paris, 1974 [1949].
- BOURDIEU, Pierre. "La domination masculine". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 84, p. 2-31, 1990.
- _____. *La domination masculine*. Paris: Seuil, 1998.
- BRAIDOTTI, Rosi. "Vers une subjectivité viable: un point de vue philosophique et féministe". In: PINSART, Marie-Geneviève. *Genre et bioéthique*. Paris: VRIN, 2003. p. 27-52.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHAPERON, Sylvie. *Les Années Beauvoir 1945-1970*. Paris: Fayard: 2000.
- COLLIN, Françoise. "Du moderne au Post-Moderne". *Cahiers du GEDISS*, Paris, n. 14, p. 7-26, 1995.
- CORCUFF, Philippe. *Les Nouvelles Sociologies*. Paris: Nathan, 1995.
- CORRÊA, Mariza. "Bourdieu e o sexo da dominação". *Revista Novos Estudos*, CEBRAP, n. 54, p. 43-53, jul. 1999.
- DELPHY, Christine. *Patriarcat (théories du) in dictionnaire critique du féminisme*. Paris: PUF, 2000. p. 141-146.
- FERNÁNDEZ, Josefina. "Foucault, marido o amante? Algumas tensões entre Foucault y el Feminismo". *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 127-148, 2000.
- FLAX, Jane. "Pós-Modernismo e relações de gênero na teoria feminista". In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Pós-Modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 217-250.
- FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Histoire de la sexualité III: le souci de soi*. Paris: Gallimard, 1984a.
- _____. *Histoire de la sexualité II: l'usage des plaisirs*. Paris: Gallimard, 1984b.
- _____. *Dits et Écrits IV (1980-1988)*. Paris: Gallimard, 1994. p. 708-729.
- FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. "Aux marges de la domination masculine: le féminisme". In: RIOT-SARCEY,

- Michele; PLANTÉ, Christine; VARIKAS, Eleni (Orgs.). *Féminismes au Présent. Futur Antérieur*, Paris: L'Harmattan, p. 247-250, 1999. (Supplément).
- FRASER, Nancy. "O que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e o gênero". In: FRASER, Nancy; BENHABIB, S.; CORNELL, D. (Orgs.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p. 38-65.
- _____. "Democracia, gênero e justiça social". In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 59-78.
- GUILBERT, Madaleine. "Le travail des femmes". *Revue Française du Travail*, n. 8, p. 663-71, 1946.
- HARAWAY, Donna. "Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80". In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 243-288.
- HIRATA, Helena; LE DOARÉ, Hélène. "Les paradoxes de la mondialisation". *Cahiers du Gedisst*, n. 21, p. 5-34, 1998.
- JACKSON, Stevi. "Théoriser le genre: l'héritage de Beauvoir". *NQF*, v. 20, n. 4, p. 5-17, 1999.
- JAMESON, Frederic. "Periodizando os anos 60". In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Pós-Modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 81-126.
- KRISTEVA, Júlia. "Le temps des femmes". *Cahiers des Recherches en Sciences*, Paris, n. 5, p. 33-44, 1979.
- LOPES, Marta Júlia (Org.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- MACHADO ZANOTTA, Lia. "Feminismo, academia e interdisciplinaridade". In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 24-38.
- MATHIEU, Nicole-Claude. "Sexe et Genre". In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.) *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: PUF, 2000. p. 141-146.
- MEAD, Margaret. *Male and Female*. New York: William Morrow and Co. Inc., 1948.
- PERROT, Michèle. "La domination masculine de Pierre Bourdieu". *Revue Travail, Genre et Sociétés*, Paris: L'Harmattan, n. 1, p. 202-207, 1999.
- RUBIN, Gayle. "The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex". In: REITER, Rayna (Org.). *Toward an Anthropology of Women*. New York and London: Monthly Review Press, 1975. p. 175-210.
- SANTOS, Boaventura de S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

- SCAVONE, Lucila. "O feminismo e Michel Foucault: afinidades eletivas?". In: SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard (Orgs.). *O legado de Foucault*. São Paulo, EDUNESP/FAPESP, 2006. p. 81-99.
- _____. *Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e Ciências Sociais*. São Paulo: EDUNESP, 2004.
- SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SCOTT, Joan W. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.
- _____. "História das mulheres". In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História*. São Paulo: EDUNESP, 1992.
- _____. *La citoyenne paradoxale. Les féministes françaises et les droits de l'homme*. Paris: Albimn Michel, 1998.
- _____. "O enigma da igualdade". *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2005.
- SINTOMER, Yves. "Controverses autour du livre de Pierre Bourdieu la domination masculine". *Revue Travail, Genre et Société*, n. 1, p. 208-213, avril 1999.
- WAJCMAN, Judy. "La construction mutuelle des techniques et du genre: l'état des recherches en sociologie". In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle; GARDEY, Delphine (Orgs.). *L'engedrement des choses. Des hommes, des femmes et des techniques*. Paris: éditions des Archives Contemporaines, 2002. p. 51-64.
- WITTIG, Monique. "La pensée straight". *Questions Féministes*, Paris: Tierce, n. 7, févr. 1980.

[Recebido em maio de 2006
e aceito para publicação em outubro de 2007]

Gender Studies: A Feminist Sociology?

Abstract: *This article dwells on the political and scientific implications of Gender and Feminist Studies – aiming not only at rescuing its legitimate place in the construction of a Gender and/or Feminist Sociology, as well as remembering its non-neutrality – showing how they emerged from a dialog between the social movement theory and the theories. Part of this dialog is discussed and the conceptual innovations that they have enhanced in Social Sciences are emphasized.*

Key Words: *Gender Studies; Feminist Sociology; Social Science and Gender; Gender's Theories; Contemporary Sociology.*